

**BOTA O RETRATO DO VELHO OUTRA VEZ: A CRISE NO GOVERNO  
VARGAS NAS PÁGINAS DO *O ESTADO DE S. PAULO* E A *ÚLTIMA HORA*  
(1951/1954)**

**PUT THE OLD MAN'S PORTRAIT BACK: THE CRISIS IN THE VARGAS  
GOVERNMENT IN THE PAGES OF *O ESTADO DE S. PAULO* AND *ÚLTIMA HORA*  
(1951-1954)**

Thiago Fidelis<sup>1</sup>

---

**RESUMO**

A eleição realizada em 1950 para presidente foi bastante significativa para a consolidação do sistema democrático no país, tendo como vencedor uma velha figura da política brasileira: o ex-presidente Getúlio Vargas. Mesmo com uma forte oposição de vários grupos ligados à elite econômica - como alguns industriais, comerciantes e a imprensa (por exemplo, o diário mais tradicional de São Paulo, *O Estado de S. Paulo* - OESP) -, Vargas foi eleito com ampla margem de votos, conquistando o direito de voltar ao cargo de presidente, que já havia ocupado de 1930 a 1945. Em contraponto à chamada grande imprensa (que, assim como o OESP, fazia oposição ao presidente), surgiu o periódico *Última Hora* (UH), cuja circulação teve início em junho de 1951. O jornal pretendia ser uma alternativa aos grandes veículos de comunicação, defendendo os interesses do governo e as ações do presidente eleito. Assim, o objetivo deste texto é fazer uma breve comparação entre a abordagem do OESP e da UH em relação ao governo Vargas, principalmente nos momentos de instabilidade política que culminaram em seu suicídio, em 24 de agosto de 1954.

**Palavras-chave:** História Política. História da Imprensa. Governo Getúlio Vargas. *O Estado de S. Paulo*. *A Última Hora*.

**ABSTRACT**

The 1950 presidential election was quite significant for the consolidation of the country's democratic system, with the winner being a longtime figure in Brazilian politics: former President Getúlio Vargas. Despite strong opposition from various groups linked to the economic elite - such as industrialists, merchants, and the press (including São Paulo's most traditional daily newspaper, *O Estado de S. Paulo* - OESP) - Vargas was elected by a wide margin, earning the right to return to the presidency, which he had previously held from 1930 to 1945. In contrast to the so-called mainstream press (which, like OESP, opposed the president), the newspaper *Última Hora* (UH) emerged. It began circulation in June 1951 and aimed to serve as a counterpoint to the mass-circulation newspapers, defending the government's interests and the actions of the elected president. Thus, the objective of this text is to present a brief comparison between the approaches of OESP and UH regarding the Vargas government, especially during the moments of political instability that culminated in his suicide on August 24, 1954.

**Keywords:** Political History. History of the Press. Getúlio Vargas Government. *O Estado de S. Paulo*. *A Última Hora*.

---

<sup>1</sup>Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: thiago.fidelis@uemg.br.

## INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), o sistema político brasileiro passou por um processo de democratização, após um período ditatorial e de longo governo do político gaúcho Getúlio Vargas, que durou de 1930 a 1945 (o período conhecido como Estado Novo, de cunho ditatorial, teve início em 1937). Nesse novo contexto, a volta da existência de partidos políticos e da liberdade de expressão, entre outros aspectos, foi bastante significativa para uma nova configuração do país - tendo a imprensa como um dos mecanismos de maior expressão política e social desse período.

Para refletir melhor sobre a relação entre imprensa, sociedade e política no início dos anos 1950, dois periódicos serão tomados como referência. Em relação ao *O Estado de S. Paulo* (OESP), era o jornal de maior tiragem do estado de São Paulo, criado em 1875 com o nome *A Província de São Paulo* (APSP), e que aglutinava em seu editorial nomes ligados à defesa de questões como a autonomia e o fortalecimento de São Paulo como a principal região do país.

No período anterior a 1930, o jornal já era opositor aos partidos dominantes brasileiros, tendo várias afinidades com o Partido Democrático - opositor ao Partido Republicano Paulista, ligado aos políticos que dominavam o cenário nacional (Capelato; Prado, 1980, p.23-40). Assim, o grupo apoiou a tomada de poder em 1930, louvando a libertação da política daqueles que faziam seu mau uso. No entanto, essa proximidade durou pouco tempo, uma vez que São Paulo não conquistou a autonomia buscada pelo grupo, e as tensões foram aumentando - chegando ao levante paulista de 1932, com OESP na oposição novamente.

A instalação do Estado Novo em 1937 acabou sendo mais um motivo de rusga entre boa parte dos políticos e da imprensa paulista com Vargas, uma vez que o governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, era um dos nomes que concorreriam ao cargo de presidente nas eleições que seriam realizadas em 1938 (Sodré, 1966, p.423). A nova política de Vargas afetara em cheio as vozes dissonantes, sendo o cerco à imprensa cada vez maior. Embora OESP tenha apoiado algumas iniciativas deste novo período, logo o grupo acabou sendo afetado pelas medidas de exceção tomadas - sendo que, em 1940, a mando do interventor Ademar de Barros, o jornal sofreu intervenção estatal, não tendo mais seu controle próprio (Capelato; Prado, 1980, p.54-71) - situação essa mantida até o fim do período ditatorial.

Após o período de democratização do país, a partir de 1946, surgiu outra publicação com clara ênfase política, que começou a ser gestada em 1949. O repórter dos Diários Associados (DA - a maior rede de impressos do Brasil, comandada pelo empresário Assis Chateaubriand), Samuel Wainer, viajou até o Rio Grande do Sul para fazer uma reportagem sobre as plantações de trigo da região e, após sobrevoar propriedades do ex-presidente e então senador Getúlio Vargas, decidiu tentar uma entrevista, já que seu nome era cotado como um possível candidato para a eleição presidencial em 1950.

A entrevista foi concedida, e a candidatura confirmada (Wainer, 2005, p.26-29). No ano seguinte, Vargas foi eleito presidente da República e, em 1951, Wainer criou - com financiamento de nomes que apoiavam o então presidente - o jornal *Última Hora* (UH), que buscava defender os pontos principais do governo do presidente eleito (Wainer, 2005, p.150-159).

Segundo o próprio Wainer: “A *Última Hora* começava a nascer, e eu a encontrar a minha razão de viver” (Wainer, 2005, p.127). A primeira edição, publicada em 12 de junho e sediada no Rio de Janeiro, trouxe um perfil variado de notícias, que iam desde aspectos policiais até acontecimentos sociais e destaque para a cultura, passando por ampla cobertura de esportes e divulgação de histórias em quadrinhos. No entanto, o enfoque político era o aspecto central - logo na capa principal havia a carta de felicitação do próprio Getúlio Vargas em relação à criação do jornal, bem como a menção à importância desse periódico como uma forma de “voz destoante” no meio da grande imprensa, que lhe era hostil.

A publicação acabou entrando em rota de colisão com outros veículos jornalísticos e nomes da imprensa, sofrendo acusações de financiamento de maneira ilícita (por ter recebido verbas do governo pelo Banco do Brasil) e de que Wainer não podia ser dono de jornal por ser estrangeiro – a Constituição brasileira autorizava que os meios de imprensa fossem controlados apenas por brasileiros; apesar de toda sua família ter vindo da Bessarábia - região da Europa Oriental entre a Moldávia e a Ucrânia -, o dono do jornal sustentava que havia nascido no Brasil, embora alguns problemas com a documentação tenham levado à falta substancial de provas. Isso causou grandes problemas durante a publicação, que se manteve fiel à defesa dos grupos ligados ao legado varguista até seu fim, no início da década de 1970 (Laurenza, 1998, p.122-125).

E, diferentemente dos jornais com maior tiragem, *UH* possuía uma estrutura gráfica e de organização das informações peculiares: enquanto os grandes periódicos, de maneira

geral, tratavam as informações em cadernos e seções separadas (as notícias eram divididas em seções como política nacional, política internacional, economia, esportes e cultura, entre outros), a publicação de Wainer não trabalhava dessa forma - desde a primeira até a última página, as notícias costumavam vir “misturadas”. As primeiras páginas possuíam um enfoque um pouco mais político e as últimas, mais voltadas para esportes e cultura (nesse ponto, parecida com as outras publicações), mas ainda assim havia notícias espalhadas de outros tópicos. Desse modo, em um mesmo espaço, poder-se-iam encontrar um artigo político, uma notícia sobre a rodada de futebol do dia anterior e uma nota de divulgação sobre uma peça teatral a ser encenada no dia seguinte, por exemplo.

Em relação à conjuntura política, o governo Vargas, desde a posse, foi profundamente marcado por gradativa instabilidade, com o presidente perdendo cada vez mais apoio político no cenário nacional. Com medidas visando fortalecer a produção nacional em detrimento dos investimentos estrangeiros, o presidente acabou desagradando vários políticos, que não viam com bons olhos a tentativa de distanciamento do governo em relação às potências estrangeiras - principalmente dos EUA.

No contexto da Guerra Fria (1947/1991), tal política de Vargas acabou gerando desconfiança do governo estadunidense, preocupado com uma possível perda de controle sobre o desenvolvimento econômico e a política brasileira - o que poderia ocasionar uma aproximação com a URSS.

Além desse aspecto, mesmo antes de assumir o governo, Vargas já contava com uma forte oposição, principalmente da União Democrática Nacional (UDN). Boa parte dos udenistas havia sofrido os efeitos de ser oposição durante o Estado Novo e estava disposta a dificultar o governo do político gaúcho ao máximo - a principal voz dessa movimentação foi o jornalista Carlos Lacerda, jovem líder em ascensão que escrevia sempre duras palavras contra o presidente em editoriais e artigos do seu periódico *Tribuna da Imprensa* (Laurenza, 1998, p.54-55).

Além disso, *OESP* também se opunha veementemente ao nome de Vargas, tanto na campanha como na posse - desde a indefinição do Partido Social Democrático (PSD - partido do então presidente Eurico Gaspar Dutra - entre ter candidatura própria ou seguir Vargas, o periódico não poupava críticas àqueles que não chegavam a uma definição política, o que teria contribuído para a ascensão do nome de Getúlio Vargas. Segundo *OESP* (1950):

Nunca houve, no Brasil, um partido que se mostrasse de uma incapacidade política tão profunda como o P.S.D. Dispondo de elementos para exercer uma influência salutar no Parlamento e fora dele, nada fez, até agora, em benefício do País. Tempo e energias vêm perdendo em combinações de baixa politicagem sem a visão larga dos problemas nacionais, amarrado às ambições dos seus chefes e vacilante quando chega a hora das resoluções definitivas (...) O mais curioso nas suas atividades contraditórias é a tentativa de se colocar simultaneamente sob a direção do sr. Presidente da República e do ex-ditador, dois inimigos irreconciliáveis, duas influências que não se podem harmonizar.

Desde o início do mandato de Vargas, *OESP* (1954) publicou, quase que diariamente, críticas à imagem e ao governo do presidente gaúcho, anotando desde pequenos destemperos até análises bastante negativas sobre os desdobramentos políticos de seu governo. Deixando bem claro que não concordava em nada com Getúlio, os editoriais não o poupavam em nenhum momento, associando-o a quaisquer perturbações no país - seja no meio político ou no meio social:

Quanto mais o sr. presidente da República manifesta em público as suas opiniões e dá conta dos seus projetos, mais cresce no público a desconfiança de que s. exa. não tem vontade de bem governar o Brasil. O que s. exa. tem é vontade de permanecer no poder. Em cada discurso há muitas promessas e poucas realizações. Explica-se a desconfiança geral no que diz e no que faz s. exa., porque há, sempre, nas suas palavras, desprezo pela verdade. Ora, contra a verdade nada se pode. Tudo deve ser feito por ela e não contra ela [...]

Embora vários membros do governo Vargas tenham sido criticados pelo *OESP*, um nome em especial foi bastante visado pela publicação, considerado o principal “discípulo” do presidente: João Goulart, presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e um dos principais articuladores da candidatura de Vargas, além de ter se tornado, em 1953, Ministro do Trabalho. Principalmente após assumir o ministério, sua forma de encaminhar as questões trabalhistas foi bastante contestada pelo periódico - como, por exemplo, sua proposta de dobrar o salário mínimo, visando beneficiar os trabalhadores dos grandes centros urbanos.

Além disso, supostamente Jango (como era conhecido no meio político) incentivava a realização de greves por todo o Brasil, sendo considerado subversivo por essa prática e um perigo ao “bom funcionamento” da sociedade brasileira; Segundo *OESP* (1953):

O povo brasileiro precisa ficar em estado de alerta diante do governo federal. O que está sendo feito na pasta do Trabalho e o que se promete fazer ali demandam a maior vigilância por parte do povo. O rapazola que se acha á frente daquele Ministério, parece disposto a subverter completamente a ordem social do Brasil e a fazer do operariado o principal instrumento dessa subversão. As suas atividades, até agora conhecidas, dão-lhe direito á mais completa confiança do

Partido Comunista, mas tiram-lhe o direito á confiança dos que não pertencem àquele partido [...] Entregar o Ministério do Trabalho a um comunista, apoiado na proteção que lhe dedica o chefe do Executivo, é entregar um dos postos mais importantes ao partido que só cuida de arrasar as instituições em vigor para se apossar do poder e, com a supressão de todas as liberdades, submeter o povo brasileiro á terrível escravidão sob que estão gemendo a Rússia e os países satélites, na Europa, e parte da Alemanha [...] A fomentação de greves e de outros movimentos contrários à ordem pública é um dos processos ordinários a que o comunismo recorre para destruir os regimes que lhe são contrários. A esse processo de política antissocial está o Ministro do Trabalho, ao que se afirma, lançando mão para aniquilar a estrutura econômica do Brasil e preparar o terreno para o advento de uma ditadura de feição totalitária [...]

A aproximação entre Jango e os comunistas era bastante comum nas publicações, uma vez que, ao reconhecer o direito à greve dos trabalhadores e discutir aumentos sucessivos de sua renda, a relação era estabelecida de maneira quase imediata. Sua grande proximidade com Vargas era a “cereja do bolo” das acusações do *OESP*, que, no final de 1953, passou a pedir abertamente sua saída da pasta, alegando que a manutenção de Jango nesse posto seria um perigo para todos. Tais críticas mantiveram-se até a saída de João Goulart do ministério, em 23 de fevereiro de 1954.

Já em relação ao impresso comandado por Wainer, Jango sempre foi colocado como um prodígio, um nome em ascensão; no ano em que o jornal foi criado, praticamente todas as vezes em que seu nome era citado vinha acompanhado de menção à pouca idade da nova liderança. Seus atos eram sempre estruturados como ações em benefício do governo e, quando assumiu o Ministério do Trabalho, em 1953, foi extremamente exaltado pela publicação do jornal *UH* (1953):

Dirigente máximo do PTB, João Goulart abriu novos rumos ao trabalhismo nacional, convocando figuras de expressão e relevo aos Estados para reforçar suas fileiras. O Partido ganhou novo alento para as tarefas que o esperam. As divergências regionais se eclipsaram diante de sua ação polarizadora. O trabalhismo amplia-se e intensifica-se, para interferir decisivamente na vida nacional, sob a clara, firme e sadia orientação de Getúlio Vargas.

O ano de 1954 desenrolava-se nas páginas do *OESP* e nas folhas da *UH* como um período de intensa agitação política no Brasil. Além disso, a situação econômica brasileira tornava-se cada vez mais complexa, uma vez que o parque industrial do país não conseguia aumentar sua produção, e as taxas de importação subiam cada vez mais - acompanhando o aumento dos preços em escala mundial, em razão dos desdobramentos da Guerra Fria e de problemas econômicos nas grandes potências. Vargas passou a ser cada vez mais criticado

pelo *OESP* (1954), sendo acusado pelo editorial como o grande responsável pela situação pela qual o Brasil passava:

Se o sr. presidente da República tivesse consciência de suas insuficiências resolveria o caso, simplesmente, abandonando o cargo e confessando ao povo que não sabe o que fazer para dar-lhe aquilo de que necessita. Ninguém é obrigado a permanecer num cargo que está impossibilitado de exercer como deve ser exercido. Nas funções públicas, o homem consciente só permanece enquanto está convencido de que pode cabalmente desempenhá-las.

Já a *UH* (1954) valorizava cada vez mais a ação do presidente e o esforço de seu ministério para manter o país em desenvolvimento, colocando os “interesses nacionais” em primeiro plano - em oposição ao imperialismo estadunidense. As capacidades pessoais do presidente eram extremamente bem-vistas pelo jornal e, em boa parte de suas publicações, Vargas era referido não apenas como o presidente do país, mas como “o” estadista:

Com sua profunda vocação de servir à causa pública, sua sensibilidade sempre voltada para as grandes e legítimas aspirações populares, seu desejo de progresso e sua já proverbial capacidade de trabalho, Vargas não deixou um só dos grandes problemas de base do País, sobretudo aqueles que dizem respeito mais diretamente à nossa redenção econômica e ao atendimento dos anseios da justiça social do nosso povo, quer dando-lhe a solução mais imediata e oportuna, quer promovendo os necessários estudos para solucioná-lo ao seu tempo [...] O lugar que a História reservou a Vargas é o de verdadeiro estadista de nossa emancipação econômica. Êste ninguém lhe tirará, ainda que o julguem como espírito conturbado pelas paixões políticas, porque êle já o conquistou e por certo lhe fará justiça o sereno julgamento de seus pósteros [...]

As diferentes visões em relação a Vargas são bastante significativas para a compreensão do contexto da época, um período em que a polarização em relação à figura do presidente causava mais danos do que vantagens ao seu governo.

Com os ânimos acirrados e a perda cada vez maior dos políticos da base aliada por conta da situação econômica do período, Vargas vinha tendo cada vez menos condições de governabilidade, uma vez que, em sua gestão, havia um notório descompasso: utilizando os termos da pesquisadora Sônia Draibe (1985, p.235-236), o presidente havia estruturado um Estado (em seu primeiro período como presidente, de 1930 a 1945) com características empresariais, buscando interferir diretamente no ordenamento social através de uma redistribuição de riquezas orientadas pelo ponto de vista político; no entanto, no governo Dutra tal estrutura foi, aos poucos, sendo solapada (embora não destruída), uma vez que a produção do país foi sendo cada vez mais delegada às mãos da iniciativa privada, deslocando do Estado para o mercado a organização econômica. Ao assumir novamente a

presidência, Vargas buscou resgatar o caráter do Estado estruturado por ele em um contexto bastante distinto dos anos 1930 e 1940, com um cenário político mais dividido e, conseqüentemente, mais complexo.

Na sua concepção, o plano de desenvolvimento econômico e social envolvia, necessariamente, uma ruptura radical com o *status quo*. Pretendia materializar o salto para a industrialização, criando novos blocos industriais e constituindo o setor pesado de bens de produção, sob a liderança da empresa pública, minimizando a participação da empresa estrangeira. Essa estratégia, embora capaz de abrir novas fronteiras de expansão ao capital privado nacional, implicava dinamicamente sua subordinação ao setor público e graus elevados de estatização – evidenciando também um conteúdo nacionalista que não deixou de despertar resistência por parte do capital estrangeiro e das agências internacionais de financiamento [...] No plano interno, além das ambigüidades do empresariado industrial, houve cerrada oposição por parte dos setores mercantis ligados ao grande comércio de importação e exportação [...]

Além dessas questões, em 05 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi vítima de um atentado em que foi baleado; o major da Aeronáutica Rubens Vaz, que fazia sua segurança naquela noite, também foi alvejado e faleceu. O crime foi ligado ao segurança pessoal de Vargas, Gregório Fortunato. Mesmo sem provas concretas, *OESP* (1954) associou, de imediato, o crime à figura de Vargas, que seria o principal interessado em calar as críticas do jornalista e opositor político.

Manifestação do mais revoltante banditismo foi, indubitavelmente, a agressão que, no Rio de Janeiro, sofreu o bravo jornalista, sr. Carlos Lacerda, quando, em companhia de um filho e de um amigo, major da Aeronáutica, foi atacado inopinadamente por um grupo de cinco facínoras, ao aproximar-se de sua residência. Deste ataque resultaram a morte do oficial da Aeronáutica e ferimentos no jornalista. Os facínoras fugiram. Naturalmente, não fizeram a obra por conta própria. Fizeram-na por conta de alguns dos covardes, mais ou menos ligados ao Catete, contra os quais o sr. Carlos Lacerda tem movido uma campanha desassomburada (...) começa, dessa maneira, a expandir-se, na capital do Brasil, o cangaceirismo político (...) O regime de terror que a gente do governo procura estabelecer no País, numa ditadura disfarçada, tem que ser eliminado no nascedouro [...]

Nos editoriais seguintes, *OESP* passou a responsabilizar diretamente Vargas, afirmando que, se ele não fora o mandante, pecara pelo crime de ter sido permissivo frente a possíveis ameaças que o jornalista já estaria sofrendo de pessoas próximas ao círculo de amizades e familiares do presidente (embora o jornal não tenha especificado nenhum nome) (*OESP*, 1954). Além da base política, o presidente perdeu o apoio de boa parte dos militares, indignados com o atentado e com o suposto envolvimento de Vargas no crime; imediatamente, as Forças Armadas, assim como o Legislativo (e o próprio *OESP*),

passaram a apontar a renúncia ou o *impeachment* de Vargas como as únicas soluções imediatas para a crise que se instalou. Segundo *OESP* (1954):

A situação político-militar é ainda grave e tensa, ao contrário do que a aparente calma poderia fazer supor. Os chefes militares continuam na mesma posição firme, buscando conseguir a unanimidade das forças armadas para impor a renúncia ao sr. Getúlio Vargas assim que os resultados das investigações policiais, aceleradas nas últimas horas, conduzam, como tudo indica, a convicção de que o mandante do crime da rua Toneleros é figura de destaque no governo, com íntimas relações de parentesco com o presidente da República.

Já *UH* (1954) teve uma visão bem mais cautelosa em relação às acusações. Embora tenha manifestado de maneira veemente seu repúdio ao ataque e apoio a Lacerda - embora esse fosse *persona non grata* em suas páginas -, o impresso indicou que o governo contribuiria com as investigações feitas pela polícia e não associou o ataque à figura de Vargas, afirmando que este seria tão vítima quanto o jornalista:

A nação amanheceu horrorizada com um crime que, em nenhuma circunstância, pode ser justificado. O novo atentado de que quase resultou a morte do Diretor da “Tribuna da Imprensa”, e do qual foi vítima um jovem oficial de nossas Forças Aéreas [...] Não é lícito a ninguém, tendo em vista a atmosfera de exacerbação, ódio, intolerância e subversão que domina o país nesses últimos anos, atmosfera essa em que possivelmente gerou-se o impulso de ódio, que armou a mão criminosa, não é lícito a ninguém adiantar-se às inevitáveis conclusões a que a polícia, agindo com o máximo rigor, deverá chegar.

Em 23 de agosto, uma reunião com seus ministros culminou em um aconselhamento para o presidente afastar-se do cargo. Na madrugada do dia 24, Vargas recebeu um ultimato de setores do Exército pedindo sua renúncia (caso contrário, seria deposto). Pouco tempo depois de ler o manifesto das Forças Armadas, Vargas matou-se com um tiro no peito no Palácio do Catete, “deixando a vida para entrar na história”.<sup>2</sup>

Esse acontecimento mudou sensivelmente o rumo da política nacional, uma vez que Vargas passou de vilão a mártir da República Brasileira, sendo considerado um herói por boa parte da população (Ferreira *apud* Gomes, 1994, p.61-96). Antes de sua morte, durante a estruturação das campanhas para as eleições estaduais, em 1954, os demais políticos buscavam distância de Vargas, por medo de perder votos.

No entanto, após o trágico acontecimento, a imagem de Vargas foi extremamente exaltada por muitos desses políticos, que buscavam aproveitar a nova maré eleitoral a partir dessa movimentação. Embora o acontecimento tenha sido da maior gravidade, *OESP*

<sup>2</sup> Palavras finais da carta testamento deixada por Vargas.

(1954) não alardeou o tema, tratando-o de maneira bastante discreta, não dando especial atenção ao ocorrido na edição do dia seguinte. O caso foi relatado como se fosse um assunto como outro qualquer na política, sendo especificado apenas os possíveis rumos que tal ação teria na política nacional:

Não estava na previsão de quem quer que seja, nem seria desejado pelos homens de sentimentos cristãos o trágico desfecho que teve a crise político-militar oriunda do crime da Rua Toneleros. Na manhã de ontem, o sr. presidente da República pôs termo a existência com um tiro no coração. Quando s. exa. vivia não poupamos críticas severas aos seus atos e às suas palavras que nos pareciam condenáveis. Agora que está morto só nos resta descobrir-nos diante da sepultura em que jaz o seu corpo.

As análises da publicação foram mais voltadas à formação do novo governo do que à morte de Vargas, relatando os desafios que Café Filho teria frente às problemáticas pelas quais o país passava naquele momento, buscando encorajar os atos do novo presidente. Conforme *OESP* (1954):

Em declarações à imprensa, o presidente Café Filho revelou o seu propósito de organizar um governo de pacificação nacional, com representantes dos maiores partidos e nomes altos que se imponham á confiança do País. A sua escolha inicial do Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes - para o Ministério da Aeronáutica, aceita pelo grande líder democrático, reforçou as esperanças de uma era de tranquilidade, depois de tantos sobressaltos.

Já no *UH*, o enfoque foi completamente diferente. No dia do suicídio (a publicação era vespertina, ao contrário do *OESP*, que era matutino), foram publicadas cerca de três edições diferentes, sempre trazendo novas informações sobre o caso. Em uma dessas edições, a capa foi bastante significativa, trazendo um possível “furo” de reportagem.

O *UH* passou a atuar em duas frentes: ataques virulentos a todos os opositores de Vargas (principalmente Carlos Lacerda, mesmo após o atentado da Rua Toneleros) e a cobertura do funeral de Vargas. A edição do dia seguinte veio recheada de imagens, tanto do corpo do presidente quanto de inúmeros populares e famosos presentes no velório, além de textos laudatórios a Vargas e a seu legado. No entanto, a ênfase acabou recaindo na reação popular, que, segundo o jornal, chorava compulsivamente a morte do seu presidente. De acordo com *UH* (1954):

Às oito horas e trinta minutos, isto é, exatamente vinte e quatro horas depois de sua morte, fechavam-se os portões do Palácio do Catete (...) durante quinze horas ininterruptas, populares desfilaram diante do corpo de Vargas, nesse último contato com o grande líder político (...) O Sr. João Goulart, auxiliado pelo

Deputado Lutero Vargas e pelo General Caiado fecharam o caixão e, ajudados por outras pessoas, levaram-no através da porta que dá acesso ao portão da Rua Silveira Martins. Naquele instante, todos os que se encontravam na residência presidencial sentiram-se presas de forte emoção. Aos brados e gritos, o povo chorou a morte de seu grande chefe, com emocionantes mostras de desespero.

Figura 1: Destaque do jornal *A Última Hora* sobre o suicídio do presidente.



Assim, encerrava-se o ciclo de Vargas no poder ao mesmo tempo em que sua própria vida chegava ao fim. Em linhas gerais, pode-se concluir que esses dois veículos de informação, embora com perspectivas bastante distintas, são de extrema importância para se pensar a política brasileira - não como ela teria sido ou como um retrato fiel, mas sim em relação às suas tensões e contradições. No caso do governo Vargas, seu capital político foi determinante para o desenrolar de seu governo, uma vez que ele era uma liderança que

já havia ocupado o cargo e promovido mudanças significativas para o país, alterações que causaram as mais variadas reações em grupos distintos.

No caso específico da imprensa, como praticamente todos os grandes diários já possuíam um discurso de oposição (e muitos de combate) ao político gaúcho, o *UH* surgiu como uma espécie de contraponto a essa imprensa, procurando exaltar os pontos positivos de Vargas no governo e buscando formas de chegar ao seu leitor de maneira menos formal do que os outros periódicos. Daí a importância gráfica ser tão grande, assim como a mistura de notícias políticas com outras de cunho social, artístico ou esportivo, procurando construir o princípio de que as notícias políticas possuíam tanta relevância e importância quanto essas outras (geralmente preferidas pelos seus leitores).

Mais que uma simples descrição das reportagens da época, este artigo procurou fazer uma breve análise do conteúdo das notícias desses jornais e sua dinâmica com a política e a sociedade, indicando que estudar a imprensa vai muito além de uma análise simplificadora dos fatos traçados por ela. Por conta disso, a imprensa, como objeto, continua sendo uma opção de extremo interesse e importância para os pesquisadores da História e das Ciências Humanas, em geral.

## REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino - Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo***. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. (Coleção Política).

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FERREIRA, Jorge Luiz. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.135-156.

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO. Edições de 1950 a 1954.

JORNAL ÚLTIMA HORA. Edições de 1951 a 1954.

LAURENZA, Ana Maria de Almeida. **Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano**. São Paulo: Editora Senac, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

---

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>  
Licença Copyleft: Atribuição-Usa não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

